

Sumário

Apresentação	IX
Capítulo 1 – O poder regulamentar da Administração Pública	1
1.1. Notas introdutórias.....	1
1.2. O poder administrativo.....	3
1.3. Conceito de poder regulamentar.....	7
1.4. O fundamento do poder regulamentar no Brasil.....	9
1.5. O poder regulamentar na concepção de diferentes sistemas jurídicos.....	13
1.6. A titularidade do poder regulamentar no ordenamento jurídico brasileiro.....	21
1.6.1. Órgãos e entidades que exercem o poder regulamentar na Administração Pública brasileira.....	28
1.6.2. O poder regulamentar das agências reguladoras no cenário jurídico brasileiro.....	32
1.6.3. Reflexão sobre o exercício do poder regulamentar por entidades privadas.....	43
Capítulo 2 – O regulamento administrativo	51
2.1. O regulamento como típico exercício da função administrativa.....	51
2.2. Conceito e natureza jurídica do regulamento administrativo.....	54
2.3. Distinções entre lei e regulamento administrativo.....	66
2.4. Distinções entre regulamento e outras formas de agir da Administração Pública.....	73
2.5. A tipologia dos regulamentos.....	77
2.6. Vigência do regulamento administrativo.....	86
2.7. Limites à expedição de regulamentos administrativos.....	94
2.8. O controle dos regulamentos.....	101

Capítulo 3 – O poder-dever de expedir regulamentos e as consequências reparatórias da inatividade normativa injustificada da Administração Pública.....	113
3.1. O resgate da normatividade constitucional para a Administração Pública	114
3.2. A vinculação do administrador público aos direitos fundamentais	117
3.3. A violação de normas constitucionais por meio da inatividade ilícita da Administração	131
3.3.1. O princípio da juridicidade e a natureza cogente e irrenunciável do poder regulamentar.....	135
3.3.1.1. A inatividade normativa da Administração como forma peculiar de possível desvio de finalidade	146
3.3.2. O princípio da proporcionalidade como freio à inoperância normativa da Administração.....	150
3.3.3. A não expedição de regulamentos administrativos à luz do princípio constitucional da eficiência.....	160
3.3.4. A inatividade normativa injustificada da Administração e o princípio da moralidade administrativa	168
3.4. A distinção entre ilicitude e culpabilidade e a busca por um novo modelo de responsabilização estatal pela inércia normativa da Administração	177
3.5. A responsabilidade civil extracontratual do Estado pela não edição de regulamentos administrativos: conclusões possíveis no sistema brasileiro.....	193
3.5.1. Elementos da responsabilidade estatal pela não edição de regulamentos administrativos.....	197
3.5.2. Hipóteses de exclusão de responsabilidade e causas de justificação nos casos de inatividade formal da Administração Pública.....	204
Referências:	213